



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



CARACTERIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E BARREIRAS DO PROCESSO DE CONVERSÃO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Caroline Silva Almeida Benini

Estudante de graduação em Economia Doméstica e Bolsista de Iniciação Científica - PROBIC/FAPEMIG - Universidade Federal de Viçosa.

Maria Das Dores Saraiva de Loreto

Professora adjunto IV, PhD. - Universidade Federal de Viçosa.

Heloisa Akemi Sedyama

Graduada em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa.

Jacqueline Fonseca Sampaio

Estudante de Graduação em Economia Doméstica e Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ/UFV - Universidade Federal de Viçosa.

Rita de Cássia Bhering Ramos Pereira

Universidade Federal de Viçosa.

Departamento de Economia Doméstica – Av. Peter Henry Rolfs, Campus UFV.

CEP: 36.571-000. Viçosa/MG

Tel: (31) 3899-1627

carolal@oi.com.br

1. INTRODUÇÃO

Na concepção de diversos autores, o processo de mundialização tem induzido às desigualdades, entre as nações e dentro das mesmas, com enormes desequilíbrios no poder político, econômico e social; esse fato privilegia, de acordo com o padrão tecnológico e de consumo, a eficiência econômica, às custas da deterioração das condições ambientais e humanas, ampliando-se, assim, as desigualdades sociais entre incluídos e excluídos (ACELRAD, 2002).

A agricultura apresenta uma boa oportunidade para ampliar essa discussão. O setor agrícola convencional é considerado um fator gerador e/ou exacerbador de deterioração das condições ambientais, provocada por “falhas de mercado” e altamente influenciada pelas políticas macroeconômicas restritivas, subordinadas às propostas dos organismos internacionais, as quais não são reguladas pelos impactos sociais e ambientais. Além disso, os movimentos de agricultura alternativos ao atualmente predominante, baseados em princípios agroecológicos, apresentam-se como uma opção para o desenvolvimento local sustentável, como é o caso dos sistemas de produção orgânica.

Além do que já foi exposto, existe o fato de que o estudo sobre o processo de conversão para a produção orgânica envolve um problema de extrema relevância, passível de investigação técnico-científica, principalmente quando informações da IFOAM, *apud* Raynods (2004), relatam que os problemas ambientais e socioeconômicos, associados à agricultura convencional, têm induzido mudanças para os sistemas orgânicos que sustentam hoje uma posição de destaque entre os setores produtivos. Nas últimas décadas, a conversão para a agricultura orgânica tem crescido rapidamente no mundo inteiro, existindo a expectativa de que continue a se expandir entre 20 e 30% anualmente.

De acordo com Darnhofer *et al* (2005) e Darolt (2002), o sucesso dos sistemas orgânicos mostra-se associado tanto ao tipo de produtos, aos valores culturais e atitudes dos (as) produtores (as), como à crescente conscientização da população sobre a importância da conservação dos recursos naturais, ampliação da biodiversidade e ingestão de produtos saudáveis e com maior valor nutricional sobre a qualidade de vida do sistema familiar.

Reconhece-se, entretanto, que a seletividade histórica do processo de desenvolvimento econômico pode provocar um aumento da distância social no mercado orgânico global, com repercussões na habilidade com que a produção orgânica pode produzir sustentabilidade; esta é uma maneira de obter qualidade de vida, respeitando as características culturais e os limites ecológicos (ALROE & KRISTENSEN, 2004).

O papel da produção orgânica, a partir de uma perspectiva global e relacionada ao desenvolvimento sustentável, foi discutido por Sturm (2005), que enfatizou a teoria conhecida como “neoestruturalista”, usada para analisar a percepção sobre a função do Estado e de outros grupos da sociedade, no que concerne ao desenvolvimento sustentável.

Na opinião da referida autora, o desenvolvimento não é um processo espontâneo, mas planejado sistematicamente pelo governo e a sociedade civil. Isto implica que o Estado deveria funcionar como “mediador” entre os agentes conflitantes, reconhecendo a importância de “empoderar” (*empower*) as partes mais fracas (como é o caso da mulher), para que ocorra uma inserção efetiva das mesmas nos processos de produção, capacitação e de participação nas instâncias de poder/decisão, e, assim, as relações de gênero sejam mais equitativas.

Segundo IICA (2003), somente quando os governantes, as leis, os programas nacionais e os recursos orçamentários contemplarem a questão de equidade de gênero, é que as ações de nível local terão a integração e a profundidade que as tornem sustentáveis.

Em face ao exposto, a presente pesquisa tem como objetivo entender a realidade social e ecológica do processo de conversão para a produção orgânica, tendo como perspectiva de análise a categoria das relações de gênero. Especificamente, as questões que delimitaram o problema desta pesquisa foram: qual é a realidade da produção orgânica brasileira? Que tipo de fatores tem afetado o processo de decisão quanto à conversão para a produção orgânica? Tem esse sistema de produção contribuído para o alcance da sustentabilidade social, econômica e agroecológica? Como têm se efetivado os papéis assumidos pelo homem e pela mulher nesse processo de conversão para um agroecossistema de base ecológica, no que concerne aos aspectos de produção, capacitação e de participação?

A hipótese é de que a produção orgânica pode promover a sustentabilidade, desde que possa atender às necessidades e aos direitos de todos os indivíduos/grupos envolvidos na cadeia do sistema de produção orgânica.

Considera-se que esta pesquisa possa contribuir para conhecer melhor a percepção e ações referentes ao sistema de produção orgânico nacional e, além disso, as demandas e expectativas desses agricultores(as), visando a subsidiar as políticas, programas e ações direcionadas tanto ao setor orgânico como ao empoderamento do segmento feminino.

2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O objetivo geral da pesquisa centrou-se na análise das relações de gênero concernentes ao processo de conversão para um agroecossistema orgânico, enfatizando-se seus aspectos sociais e ecológicos.

Especificamente pretende-se:

- Examinar a percepção do público socioinstitucional sobre a realidade do processo de conversão, em termos das motivações e barreiras que levam os produtores a fazerem parte de tal processo;
- Comparar os dados obtidos quanto a motivações e impedimentos enfrentados pelos produtores para o processo de conversão;
- Analisar, com foco nas relações de produção, as implicações da mudança para um agrossistema orgânico sobre a sustentabilidade agroeconômica, social e ambiental.

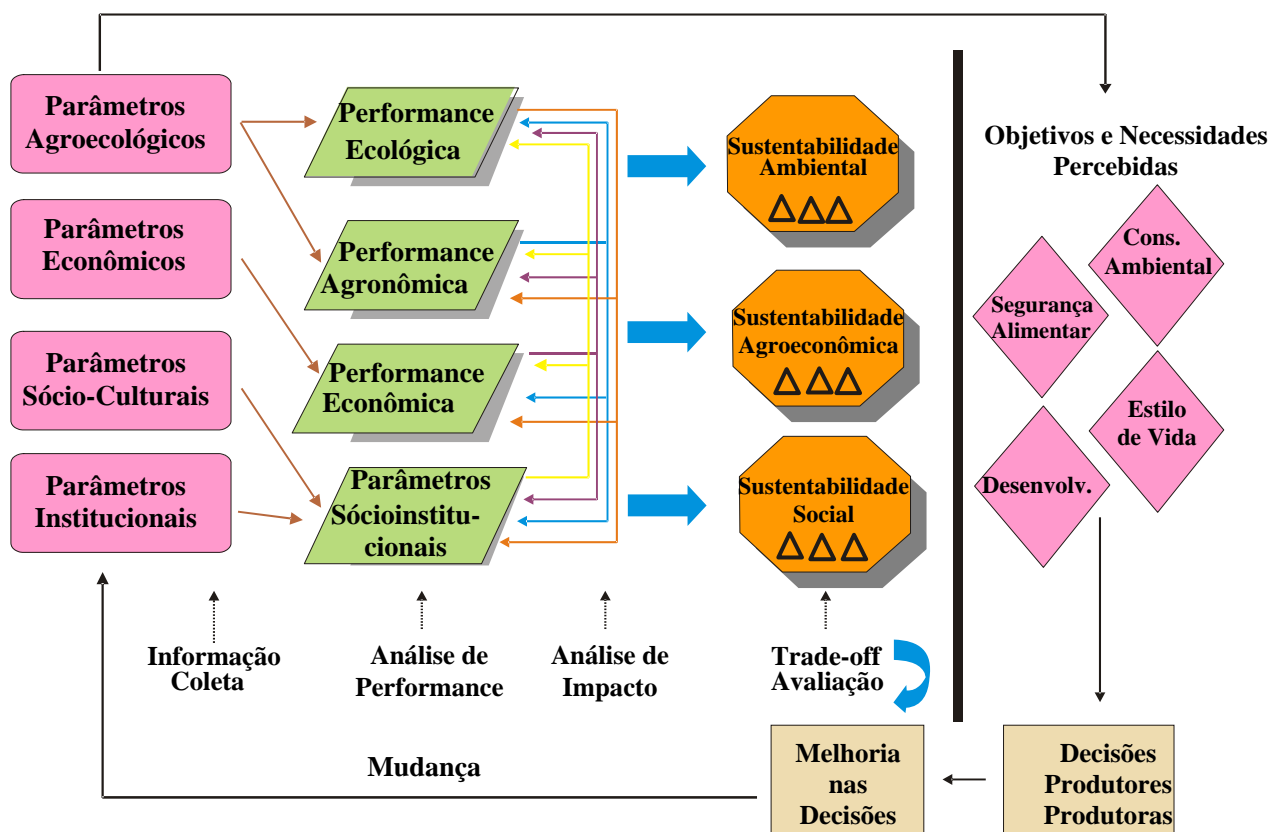
3. METODOLOGIA

Baseando-se na abordagem social e ecológica, o objeto deste estudo centrou-se principalmente na análise da percepção do público socioinstitucional envolvido no processo de conversão de um sistema agrícola convencional para

outro de natureza orgânica, no contexto dos agricultores e agricultoras das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Como especificado na Figura 01, a metodologia será baseada em uma abordagem socioecológica porque se pressupõe que existe uma construção social, que permite aos (às) produtores(as) entenderem os problemas “*trade-offs*”, ações alternativas e resultados para o processo de tomada de decisão com respeito à conversão para a produção orgânica. Essa abordagem leva em consideração os parâmetros agroecológicos, econômicos, socioculturais e institucionais, dentro de um contexto de objetivos e necessidades percebidas pelos atores sociais (SCIALABBA, 2000).

FIGURA 01 - Componentes do Modelo Sócioecológico



FONTE: Scialabba (2000), com adaptações.

Pretende-se, no um primeiro momento, contatar as certificadoras orgânicas e demais atores socioinstitucionais envolvidos com a produção orgânica (associações, pesquisadores, técnicos de extensão, entre outros), de quatro estados brasileiros,

especificamente, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco, que vão constituir os locais de estudo da pesquisa em questão. Essa liderança socioinstitucional será entrevistada, com a finalidade de expressarem suas opiniões sobre o processo de conversão para o sistema orgânico local, enfatizando-se a realidade da dinâmica envolvida.

Baseando-se em informações, apresentadas pelo Planeta Orgânico (2005), sobre as principais certificadoras, que garantem, por meio do selo de certificação, a qualidade ambiental, biológica e nutricional do produto orgânico, serão tomados depoimentos dos líderes das seguintes certificadoras: Chão Vivo, que é a Associação de Certificação dos Produtos Orgânicos do Espírito Santo; o “IBD”, que se refere à Associação de Certificação Instituto Biodinâmico, com sede em Botucatu/SP; a “Minas Orgânica”, que constitui uma Associação Mineira para Certificação de Produtos Orgânicos do Estado de Minas Gerais; a “FVO”, sediada, no Brasil, em Recife/Pernambuco.

Nessa primeira fase da pesquisa, será delimitada a amostra do estudo, em função da população de produtores(as) orgânicos, monitorados pelas respectivas certificadoras.

Na segunda etapa do estudo serão enviados questionários (via correio ou *e-mail*) para os produtores(as), que já passaram pelo processo de conversão para a produção orgânica, com acesso ao selo orgânico. A amostra será estratificada em função da proporção existente, de homens e mulheres, na população.

As variáveis básicas de análise acham-se associadas aos aspectos decisórios do processo de conversão para práticas orgânicas, no que concerne às diferenças existentes entre os participantes, em termos de: recursos, problemas, necessidades e motivações (concepções filosóficas, espirituais, monetárias) para a escolha das formas de participação, de autonomia e de empoderamento (*empowerment*); percepções e atitudes a respeito das implicações do processo de conversão sobre o estilo de vida, conservação ambiental, segurança alimentar e sustentabilidade dos agroecossistema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após delimitada a amostra do estudo, torna-se possível obter um maior conhecimento sobre a realidade do processo de conversão para sistemas de base ecológica, proporcionando os seguintes resultados.

As maiores motivações para que os produtores rurais façam parte do processo de transição da agricultura convencional para a orgânica são, principalmente, relacionadas às expectativas de melhor remuneração dos produtos, visto que os do sistema de produção convencional têm menor valor agregado; a expectativa de atingir um mercado mais amplo, e até mesmo internacional, leva os produtores a se engajarem no processo de conversão.

As preocupações com a saúde, tanto do produtor como dos consumidores, também se apresentaram como um ponto de grande relevância para o processo de conversão orgânica, visto que muitos produtores sofreram de males causados pelo uso de agrotóxicos. Outra importante motivação diz respeito à redução dos custos de poluição, conservação do meio ambiente e melhoria da biodiversidade, pois, a produção orgânica é livre de agrotóxicos, o que implica proteção e preservação mais efetiva do meio ambiente, incluindo o desenvolvimento sustentável.

No mesmo nível de importância das questões acima citadas, encontra-se a promoção da segurança alimentar e nutricional, que se constitui num importante fator de encorajamento ao engajamento do produtor rural na conversão orgânica.

Alguns outros fatores ainda foram apontados no que concerne aos incentivos para a inserção em tal processo, como o alto custo da produção convencional em detrimento da produção orgânica; além disso, a filosofia de vida e a religião também motivam tais agricultores, principalmente os seguidores da Igreja Messiânica X Agricultura Natural, preconizada pela Fundação Mokiti Okada. Uma pequena parcela da população de produtores orgânicos opta por este sistema, com a intenção exclusiva de manter a atividade agrícola, ou seja, vêem-na como a única alternativa de se manterem economicamente no meio rural.

No que se refere aos problemas enfrentados para que ocorra o processo de conversão orgânica, têm-se, como maiores dificuldades enfrentadas, o preço da certificação e a abertura do mercado para a comercialização do produto, seguindo-

se a falta de profissionais capacitados para trabalhar no cultivo e também para fornecer assistência técnica; inclusive essa carência pode causar grandes dificuldades de manutenção do processo.

Além disso, a dificuldade de controle do produto final e do processo produtivo, e de obtenção de toda documentação necessária para que o produto seja comercializado como orgânico, representa fortes empecilhos ao processo; têm-se ainda fatores ligados a dificuldades de acesso ao crédito, a baixa produtividade das primeiras colheitas e ainda a difícil adaptação ao manejo.

Vê-se, de acordo com os dados levantados, que muitas das motivações e dificuldades são confrontantes, pois, ao mesmo tempo em que o agricultor investe no novo sistema de produção, pela expectativa de obtenção de maior renda e aumento do mercado consumidor, ele vivencia, por outro lado, a grande dificuldade de abrir esses mercados consumidores, dispostos a pagar pelo produto de maior valor agregado. Vê-se ainda que, muitas vezes, as políticas ambientais incentivam o direcionamento da produção a sistemas que resultem em menores impactos ao meio ambiente, porém a carência de políticas que disponibilizem crédito ao produtor, para que possa investir nesse tipo de processo, é escassa; assim há incentivo ambiental, mas falta o incentivo financeiro para investimento em tal atividade.

5. CONCLUSÃO

A partir dos resultados apresentados observou-se que a pesquisa é de grande importância, pois permite conhecer as potencialidades e limitações vivenciadas pelos produtores que fazem parte do processo de produção orgânica.

Este projeto contribui para o desenvolvimento da agricultura orgânica, possibilitando visualizar a percepção dos produtores quanto ao sistema e as ações referentes ao sistema de produção orgânica nacional. Além, disso, revela quais são as demandas e expectativas dos agricultores inseridos no processo de conversão para produção orgânica, no que diz respeito às políticas de incentivo a essa atividade agrícola, e ainda a necessidade de elaboração e aplicação de programas de apoio ao produtor e demais ações direcionadas ao setor orgânico.

REFERÊNCIAS

ACELRAD, H. A Pobreza Política na Agenda Hegemônica de Combate à Pobreza. **Rev. Proposta**. Rio de Janeiro, Ano 30, n. 93/94, p. 23 - 28, Junho/Novembro de 2002.

ALROE, H. F.; KRISTENSEN, E. S. Organic Agriculture in a global perspective. In: **3rd Global Conference Environmental Justice and Global Citizenship** (pp. 1-8). Copenhagen: At the Interface/Probing the Boundaries, 2004.

BOISIER, S. Desarrollo Territorial y Descentralización In: **Seminario "Descentralización de Sectores Sociales: Nudos Críticos y Alternativos"**. Lima: MP/ME/MS, Abril 2002, 15p.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento de Desenvolvimento Local e Município Sustentável**. Brasília: Instituto Internacional de Cooperação para Agricultura, 1999. 172p.

CALIARE, R. O. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento local**. Lavras: UFLA, 2002, 237p. Dissertação (Tese de Mestrado). Universidade Federal de Lavras MG.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis** Disponível em <www.planetaorganico.com.br/trabcaporalCostabeber.htm> Acesso em 17 de novembro de 2005.

COELHO, B. S. *et al.* Realidade e potencialidades turísticas no município de Ipatinga: uma análise exploratória sobre o turismo rural. In: Congresso Brasileiro de Economia Doméstica e V Mostra Latino-Americana de Economia Doméstica. 2003. Guarapari. **Anais...** Guarapari, ES: ABED/UFV, CD-ROM, 2003.

DARNHOFER, I.; SCHNEEBERGER, W.; FREYER, B. **Converting or not converting to organic farming in Austria: farmer types and their rationale**. *Agricultural and Human Values*. 22: 39-52, 2005

DAROLT, M.R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

DURAN, F.E. Viejas y nuevas imagenes sociales de ruralidade. **Estudios Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. UFRRJ/CPDA. N.11, p-76-98, out 1998.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 95 p.

JAMILSON, R. The spirit of organic farming: a feminist empiricist examination. In: **Proceedings of 15th IFOAM Organic World Congress**. Adelaide, South Austrália. ISOFAR, 2005.

KARAM, K. F. **A Agricultura Orgânica como estratégia de Novas Ruralidades: Um Estudo de Caso na Região Metropolitana de Curitiba.** In: V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção e V Simpósio Latino-americano sobre Investimentos e Extensão em Sistemas Agropecuários. Florianópolis/SC, p. 1-11, 2002.

KARAM, K. F.. The role of the woman farmer in the emergency of new ruralities: notes from the organic farming. **Rev. Estud. Fem.**, Jan./Apr. 2004, vol.12, no.1, p.303-320

LORETO, M. D. S. *et al.* Conversion to organic farming and sustainability: a socio-ecological analysis. In: **Proceedings of 15th IFOAM Organic World Congress.** Adelaide, South Austrália. ISO FAR, 2005.

ORMOND, J.G.P. *et al.* **Agricultura Orgânica: Quando o Passado é Futuro.** BNDES - Setorial. Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, março. 2002.

PLANETA ORGÂNICO. **Quem Certifica** Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/qcertif.htm>> Acesso em 17 de novembro de 2005.

RAYNOLDS, L.T. The globalization of Organic Agro-Food Networks. **World Development**, 32 (5), 725-743, 2004.

SCIALABBA, N. E. **Opportunities and Constraints of Organic Agriculture - a Socio-ecological Analysis.** Rome: FAO, 2000.

STURM,L. **Similarities and differences between neostructuralism and neoliberalism** 2005. Disponível em: <<http://tiss.zdv.uni-tuebingen.de/webroot/sp/barrios/themeA3c.html>>.

YUSSEFI, M. Current Status of Organic Farming Worldwide. In: **The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends-** 2005, 7ª ed. Germany: IFOAM, p. 9-18, 2005.

ZAPATA, V. M. Metodología para la Realización Del Plan de Desarrollo Territorial. **Boletín Digital** n.9, p.1-14, Enero/2002.